

Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento

O ODM 8 prevê o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento. Esse objetivo foi estabelecido para definir compromissos de ajuda dos países mais desenvolvidos com aqueles mais pobres, principalmente reduzir a desigualdade nas áreas do comércio e de finanças internacionais, uma vez que existem diversas barreiras a serem enfrentadas pelos países em desenvolvimento – como o protecionismo comercial e a instabilidade econômica. A avaliação das metas específicas propostas pela ONU refere-se ao Brasil e por isso não foi abordada no âmbito regional (maiores detalhes: Ipea 2004, 2005).⁴⁹ No entanto, algumas iniciativas internacionais importantes acontecem na Amazônia e é importante registrá-las:

- **Tratados internacionais:** O TCA assinado em 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela tem o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento sustentável da bacia amazônica, comprometendo-se com a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Em 1995 foi criada a OTCA para fortalecer e implantar os objetivos do Tratado.

- **Iniciativas internacionais de infraestrutura:** A lirsá tem como objetivo promover o desenvolvimento de uma rede de infraestrutura regional, buscando a integração física dos paí-

ses sul-americanos. Embora para os governos a lirsá represente uma oportunidade de integração econômica e de desenvolvimento, especialistas apontam a iniciativa como uma grande ameaça à floresta amazônica (Kileen, 2007).

- **Ajuda internacional:** Diversas agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento (Usaid, GTZ, União Européia, Dfid etc.), bancos multilaterais (Banco Mundial, BID etc.), fundações (Gordon and Betty Moore, Avina, Ford, Packard, Skoll etc.) e outros doadores atuam na Amazônia financiando programas e projetos governamentais e não governamentais.

- **Redes internacionais:** Diversas redes formadas por instituições dos diferentes países se configuraram nos últimos anos para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais no âmbito da Pan-Amazônia num esforço colaborativo como Raisg, ARA e IA.

- **Organizações internacionais:** Diversas organizações internacionais atuam na Amazônia para apoiar a promoção da conservação das florestas e outros temas ambientais, entre elas estão: *The Nature Conservancy*, Conservação Internacional, WWF e *Greenpeace*.

CONCLUSÃO

Os Objetivos do Milênio têm revelado algumas melhorias na Amazônia, mas a região continua aquém da média nacional para a maioria dos indicadores avaliados. Ao comparar a evolução histórica dos indicadores avaliados neste estudo, a maioria melhorou entre 1990 e 2009 (ou data mais recente) nos Estados da Amazônia. Entretanto, como mostramos no decorrer do estudo, essa melhoria ainda é insatisfatória na maioria dos casos. Das 15 metas avaliadas, apenas uma foi alcançada na região e outras duas poderão ser atingidas até o prazo de 2015 (Quadro 15). Alguns Estados apresentam melhor situação que outros (Figura 44).

A Amazônia é conhecida internacionalmente pela sua imensa floresta, biodiversidade e recursos naturais. Essa riqueza vem sendo utilizada de forma predatória e ao mesmo tempo persistem na região pobreza, desigualdade e problemas graves de saúde como malária e tuberculose. As mulheres têm pouca participação na política e são desfavorecidas no mercado de trabalho. Os óbitos maternos aumentaram e o acesso da população ao saneamento básico é insuficiente. Além disso, a região tem altos índices de violência. Há ampla disparidade entre as zonas urbanas e rurais, e os povos indígenas e demais populações tra-

dicionais enfrentam grandes desafios para assegurarem seu bem estar.

As boas notícias são o aumento no acesso à educação (embora ainda haja desafios quanto à qualidade e a disparidade urbano/rural), a igualdade das mulheres na educação e a redução da mortalidade infantil (embora existam fortes evidências de sub-registros nas estatísticas oficiais). Além disso, o desmatamento caiu e o número de Áreas Protegidas aumentou. O novo governo terá grandes desafios para cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e manter o desmatamento em queda até atingir o desmatamento zero. Além disso, as ameaças (formais e informais) às Áreas Protegidas devem ser combatidas.

Os Objetivos do Milênio têm o mérito de estabelecer as bases para uma discussão sobre os benefícios esperados de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Porém, é necessário ampliar a divulgação e o debate sobre esses objetivos na região que até agora têm sido tratados de forma periférica. Esperamos que este relatório seja utilizado como uma bússola para orientar a gestão e as políticas públicas para a região. Faltam apenas cinco anos para o prazo estabelecido pela ONU para o cumprimento das metas e ainda resta muito trabalho para atingi-las.



Quadro 15. Avaliação dos Objetivos e das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população em extrema pobreza.



A meta não será atingida. Embora a pobreza tenha diminuído, ainda 17% da população vivia com menos de ¼ do salário mínimo em 2009.

Meta 2: Garantir emprego pleno e produtivo e boas condições de trabalho para todos.



A meta não será atingida, pois o trabalho infantil e o trabalho em condições análogas à de escravo ainda não foram erradicados. Além disso, 60% dos trabalhadores da região atuam no mercado informal sem os direitos sociais assegurados.

Meta 3: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre fome.



A meta não foi avaliada devido à indisponibilidade de dados históricos. Em 2009, 47% da população amazônica declarou nem sempre ter alimentação suficiente.

Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

Meta 4: Garantir, até 2015, que as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de estudo.



A meta de 100% de crianças frequentando o ensino fundamental pode ser atingida, mas se a taxa atual de adesão de jovens frequentando o ensino médio for mantida, a meta de 100% somente será atingida em 2021. Entretanto, é essencial eliminar a disparidade entre as zonas urbanas e rurais, combater o analfabetismo funcional e melhorar a qualidade de ensino na região.

Objetivo 3: Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres

Meta 5: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio.



A meta foi atingida, mas é preciso melhorias na participação de mulheres na política e num mercado de trabalho mais justo.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 6: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças até 5 anos.



A meta poderá ser atingida. No entanto, estimativas expressivas de sub-registro de óbitos infantis representam um problema grave e podem estar distorcendo os resultados.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 7: Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.



Essa meta não será atingida. Nenhuma melhoria foi registrada na região.

Meta 8: Garantir acesso universal à saúde reprodutiva.



Essa meta será dificilmente atingida. O acesso aumentou, mas ainda não é universal. Existe grande disparidade entre populações urbanas e rurais.

Objetivo 6: Combater Aids, malária e outras doenças

Meta 9: Até 2015, ter detido e começado a reduzir a propagação do HIV/Aids.



Essa meta não será atingida. A taxa da doença tem aumentado na região.

Meta 10: Garantir, até 2010, acesso universal a tratamento para HIV/Aids para todos que necessitem.



A meta não foi avaliada pela indisponibilidade de dados regionais. No entanto, é importante destacar que o Brasil foi pioneiro em garantir o acesso gratuito universal à terapia antirretroviral na rede pública de saúde.

Meta 11: Até 2015, ter detido e começado a reduzir a incidência de malária e de outras doenças graves.



Essa meta não será atingida. Embora a malária tenha diminuído, ainda são registrados anualmente mais de 1,2 mil casos de malária para cada 100 mil habitantes. Além disso, persistem altas taxas de incidência de tuberculose (38 casos para cada 100 mil habitantes), leishmaniose (74) e dengue (347).

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 12: Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais.



A meta poderá ser atingida. Nos últimos anos houve queda expressiva no desmatamento e aumento de áreas legalmente protegidas (44% da região). No entanto, práticas ilegais ainda persistem e devem continuar sendo combatidas na região.

Meta 13: Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando até 2010, uma redução significativa nas taxas de perda.



A meta não foi avaliada pela indisponibilidade de dados. Essa meta corresponde ao objetivo principal da CDB. Esse ano, essa meta foi considerada como não cumprida mundialmente (CDB, 2010) e será substituída.

Meta 14: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao saneamento básico.



Essa meta não será atingida. O acesso da população ao saneamento básico é insuficiente na Amazônia.

Meta 15: Até 2020, ter alcançado melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de submoradias.



Meta não avaliada. De acordo com IBGE (2010c), 34,3% da população brasileira vivia nessas condições em 2008.

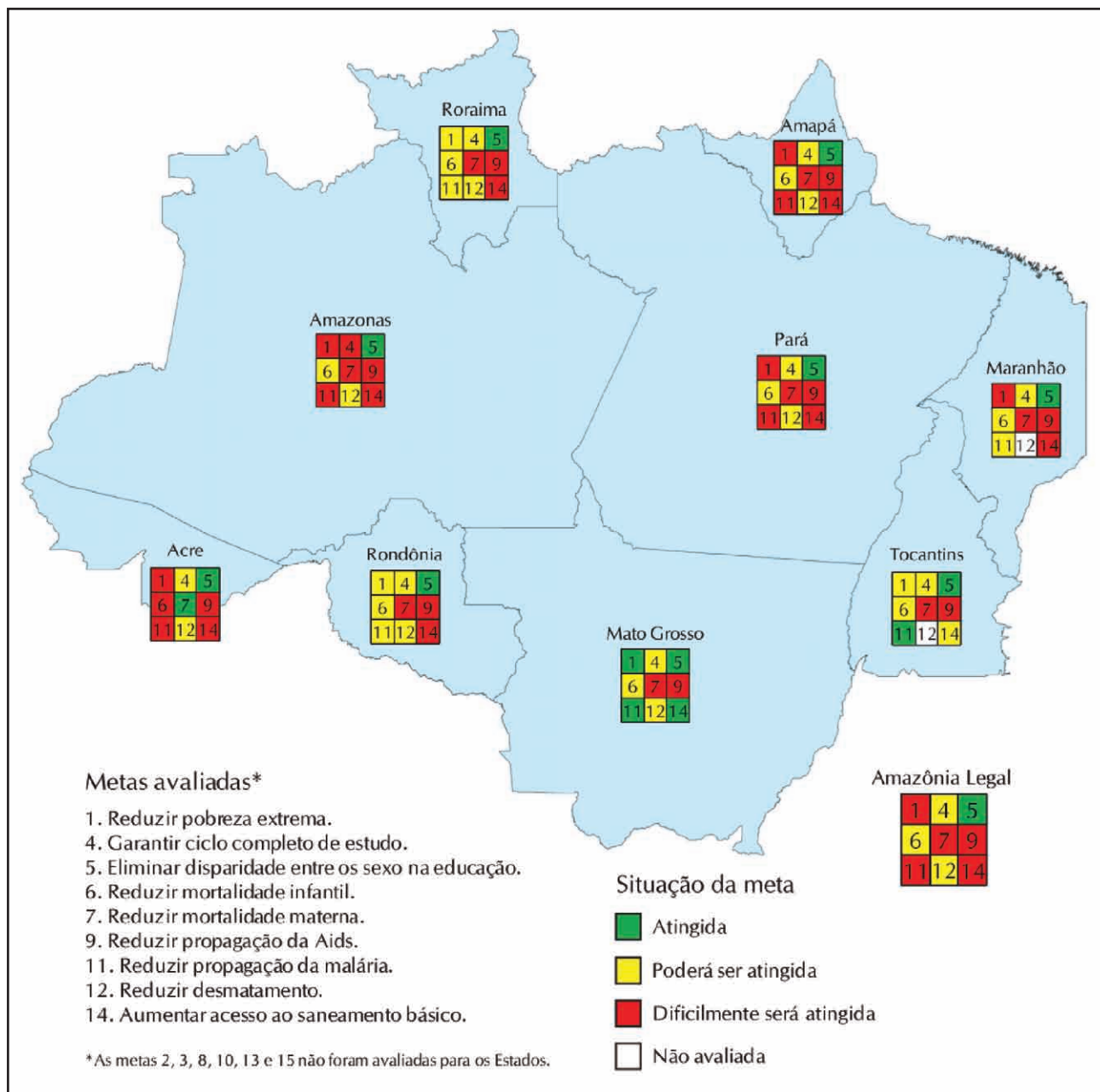


Figura 44. Situação das Metas do Milênio avaliadas nos Estados da Amazônia.⁵⁰